

TCC/UNICAMP
N131d
1290004354/IE



1290004354

TCC/UNICAMP
N131d
IE

INSTITUTO DE ECONOMIA

CEDOC - IE - UNICAMP

Análise da distribuição de renda no período Pós-Real

Alex Minoru Nagae

Orientador: Amilton José Moretto

CEDOC - IE - UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Alex Minoru Nagae

**A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PERÍODO
PÓS-REAL**

Orientador: Prof. Amilton José Moretto

Campinas – Dezembro 2009

Sumário

Introdução.....	3
1 - Caracterização da economia brasileira no período Pós-Real.....	5
1.1 - De 1994 à 1999.....	5
1.2 - A partir de 1999.....	7
2 – Caracterização do mercado de trabalho no período Pós-Real.....	11
2.1 - Da implantação do Real até 1999.....	11
2.2 - De 1999 até os dias atuais.....	14
3 - Análise dos resultados.....	17
3.1 – Metodologia.....	17
3.2 - Evolução da desigualdade no Brasil.....	19
3.3 - Evolução da pobreza no Brasil.....	24
4 - Considerações finais.....	35
5 – Referências Bibliográficas.....	36

Introdução

O Brasil durante os últimos doze anos apresentou uma tendência de queda na concentração de renda, porém, a desigualdade permanece elevada, ou seja, persiste a significativa diferença entre a razão da renda dos mais ricos e dos mais pobres. Existem inúmeras hipóteses de como se deu esta recente dinâmica, algumas destas baseiam-se em fatores endógenos, como a posição das políticas econômica e social adotadas nos últimos governos, e outras em uma explicação exógena como fruto do crescimento externo, elevando a demanda de trabalho e seu retorno gerando condições de crescimento econômico e social.

A partir destas premissas, o objetivo deste trabalho é analisar a distribuição de renda no Brasil no período pós Plano Real, uma vez que este período apresenta uma dinâmica distinta dos outros. Abordaremos também a eficácia das políticas de transferência de renda condicionadas que possuem como objetivo o combate à pobreza, discriminando seu papel e influencia na distribuição de renda.

Durante o período de 1996 a 2002 os índices de concentração de renda apresentaram queda, porém essa queda foi derivada de uma queda da renda média, afetando principalmente a classe média. Buscamos compreender se a dinâmica apresentada recentemente se modificou para um caráter qualitativo superior, ou seja, a distribuição de renda se deu pela elevação das rendas médias e pela real melhoria na distribuição.

O período de análise será a partir de 1996, quando os efeitos distributivos do Plano de estabilização aparentam se estagnar, de acordo com Sonia Rocha, até os dias atuais.

Este trabalho está organizado em 4 capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo a caracterização do período em estudo no que diz respeito ao contexto econômico. O segundo capítulo aborda o mercado de trabalho e sua evolução no período Pós Real. O terceiro uma breve explicação dos conceitos e metodologias utilizadas e as análises da distribuição de renda e da pobreza no Brasil. No último capítulo explicitaremos as possíveis causas e razões para o atual cenário e as considerações finais sobre a dinâmica de distribuição de renda no Brasil.

Antes de iniciar a análise é necessário explicitar as limitações deste estudo, uma vez que, apesar, da grande facilidade de acesso a dados de renda, trabalho e pobreza no Brasil, estes dados ainda apresentam grande disparidade da real situação do país e do que nos é mostrado. Muitos dados são subvalorizados, não sendo relevadas as somas referentes ao mercado financeiro e outras fontes, o que pode mascarar uma concentração de renda mais aguda do que mostraremos neste estudo. Porém, mais importante do que o índice exato de distribuição de renda é sua dinâmica, e este estudo tem como objetivo isto, desenvolver uma análise da evolução da distribuição de renda, entender seu comportamento ao longo do tempo e explicitar as principais causas para tal dinâmica. Explicitados os desafios deste estudo iniciaremos a análise.

Capítulo 1 – Caracterização da economia brasileira no período Pós-Real.

A economia brasileira apresentou duas dinâmicas distintas no período Pós-Real, uma de estagnação econômica, com baixo crescimento e queda na balança comercial; e outra com tendência constante de crescimento econômico. Dessa forma, analisaremos a evolução da economia em dois períodos para facilitar a exposição: o primeiro referente ao período que abrange de 1994 à 1999; e o segundo de 1999 até os dias atuais.

1.1 – De 1994 à 1999

O conjunto de efeitos gerados pela estabilização do plano Real levou, num primeiro momento, a uma melhora no PIB per capita e num controle da inflação. Porém, as medidas adotadas para garantir a sustentação do plano levaram, num segundo momento, a um baixo crescimento do produto, a um saldo negativo na balança comercial e piora nos índices de distribuição de renda e de trabalho (ROCHA,1998) situação esta que somente se alteraria a partir da desvalorização efetuada em 1999.

Logo após a implantação do plano Real em 1994, apresentou-se um momento favorável aos índices de atividade econômica e de renda, favorecendo, principalmente, as pessoas com menor rendimento e em setores informais (reajuste do salário mínimo de R\$70 para R\$100 em 1995). Essa modificação nos indicadores contrasta com o período anterior, década de 80, conhecida como a “década perdida”, devido às conseqüências da crise de 82. Período onde a

A manutenção dos preços foi efetuada a partir da política de âncora cambial, que mantinha o real (nova moeda) sobrevalorizado. Tal mecanismo demandava um crescente e constante fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil. Para garantir este fluxo o governo fez uso de altas taxas de juros e intensificou a abertura comercial e financeira iniciada na década de 90 no governo Collor.

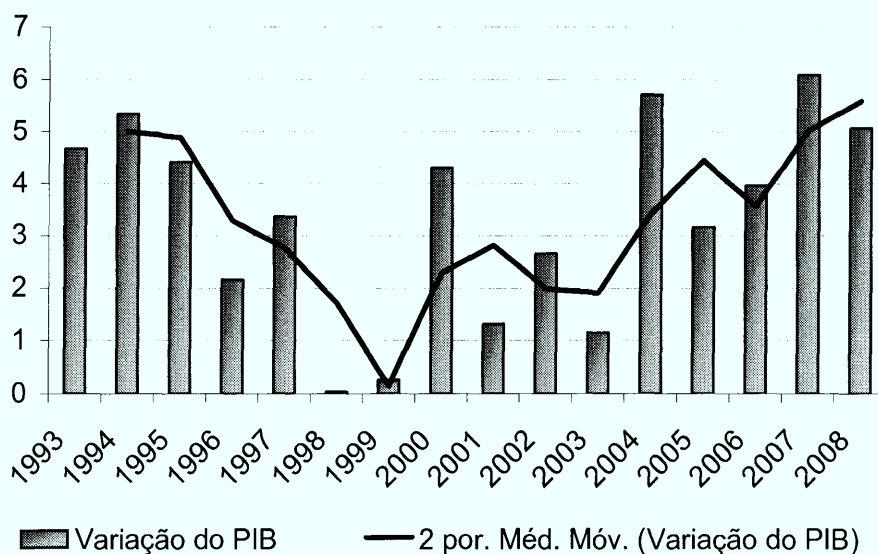
O efeito inicial da abertura comercial e financeira, da boa safra agrícola e da alta dos preços *non-tradeables*, possibilitou ganhos reais para a mão-de-obra qualificada. A renda domiciliar *per capita* (em R\$ de janeiro de 2002) cresceu 24% de 1993 para 1995, enquanto a relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres caiu de 28,5 vezes para 27,7 vezes. Ou seja, os dados mostram que em 1994 apresentavam dados relevantes para a economia brasileira, não apenas em termos de crescimento de renda *per capita*, mas também em efeitos distributivos de renda (ROCHA, 1998).

Apesar dos efeitos iniciais, a intensificação da abertura financeira e comercial e a valorização do câmbio geraram obstáculos à indústria e ao comércio nacional, em ambos os âmbitos, na exportação e no mercado interno, seja pela competitividade dos preços ou pela elevada taxa de juros limitando os investimentos ou elevando as dívidas. Além destes efeitos, o aperto do crédito, devido à incerteza e a instabilidade do cenário macroeconômico reforçou a paralisação da economia brasileira tornando o ambiente mais hostil às iniciativas de investimento e à elevação do consumo por conta das famílias.

O estrangulamento de alguns segmentos da economia nacional levou a um menor crescimento do produto, com uma tendência de queda na variação do PIB,

até 1999, a partir deste ano podemos observar através da linha de tendência (média móvel) um novo padrão, com crescimento na variação do PIB.

Grafico 1 - Variação do PIB (a.a real)



Fonte:IPEADATA (www.ipeadata.gov.br, acessado 20/06/09)

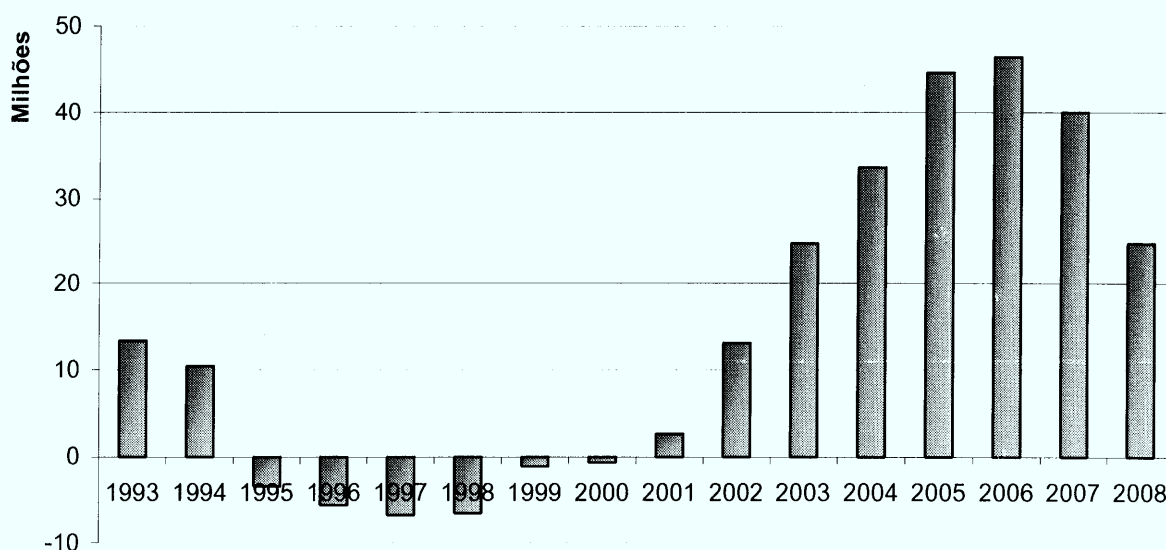
1.2 – A partir de 1999

Somente após 1999 a balança comercial e a taxa de crescimento apresentaram sinais de melhora, uma vez que neste ano a manutenção da taxa de câmbio se apresentou insustentável. Era essencial uma fonte de capital para suportar a âncora, não podendo contar com a balança comercial, esta sabotada pela valorização artificial do câmbio, a única fonte seria o investimento externo motivado pelas elevadas taxas de juros praticadas pelo governo, porém a queda no fluxo internacional de capitais devido às crises asiática e russa o governo

brasileiro não era mais capaz de manter o câmbio no patamar determinado, ou seja, foi necessária a desvalorização do real. Em outras palavras, a eminente crise econômica forçou a desvalorização cambial, durante os segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Abaixo podemos observar no gráfico 2 a evolução da balança comercial, que a partir de 1994 apresentou forte queda e começou a dar sinais de recuperação a partir de 1999, ano em que foi efetuada a desvalorização e a economia externa apresentou um reaquecimento.

Gráfico 2 - Saldo da balança comercial



Fonte: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br, acessado em 20/07/08)

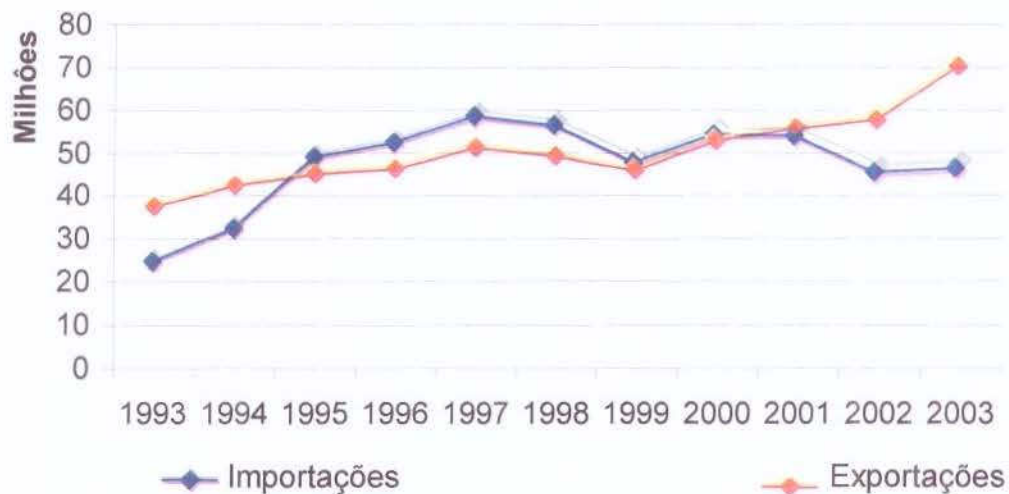
Apesar de anos com baixo crescimento, no caso de 2001 e 2003, o novo padrão de crescimento é claro, explicitando um crescimento estável da economia

brasileira. Esta nova tendência de crescimento traz consigo uma melhora no mercado de trabalho e uma melhora na distribuição de renda como poderemos observar ao longo deste estudo.

Os índices macroeconômicos durante o período referente a este período apresentaram-se instáveis tanto pela turbulência externas quanto pelos produtos internos. As crises externas (asiática em 1997, crise russa em 1999 e a crise argentina em 2001) abalaram a confiança nas economias emergentes, acarretando uma crescente incerteza, deslocando as perspectivas dos agentes especulativos para países considerados mais seguros. Apesar desta turbulência podemos observar uma mudança clara na balança comercial.

Porém, não devemos concluir que esta variação positiva se deva apenas à desvalorização cambial, temos que considerar também o efeito gerado pela expansão da demanda chinesa por *commodities* e a elevação dos preços destes produtos, principalmente a partir de 2003. O crescimento mundial mais elevado que o crescimento interno tende a elevar as exportações nacionais em detrimento das importações, gerando incentivos ao desenvolvimento da economia doméstica, o que por consequência eleva o nível de emprego e da massa salarial.

Gráfico 3 - Balança comercial discriminada



Fonte: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br), acessado 20/06/09)

A partir de 2004, no primeiro mandato do presidente Lula, o cenário internacional apresentava-se mais favorável ao desenvolvimento econômico. Ultrapassada as crises asiática, russa e argentina, o mundo se recupera dos choques e estabelece uma nova onda de crescimento guiada pelo crescimento econômico chinês.

Capítulo 2 – Caracterização do mercado de trabalho no período Pós-Real.

O mercado de trabalho pode ser analisado através do espectro do desenvolvimento econômico, portanto, dividiremos, analogamente, a análise da evolução do mercado de trabalho em dois períodos distintos: da implantação do Real até 1999; e de 1999 até os dias atuais (2008).

2.1 – Da implantação do Real até 1999.

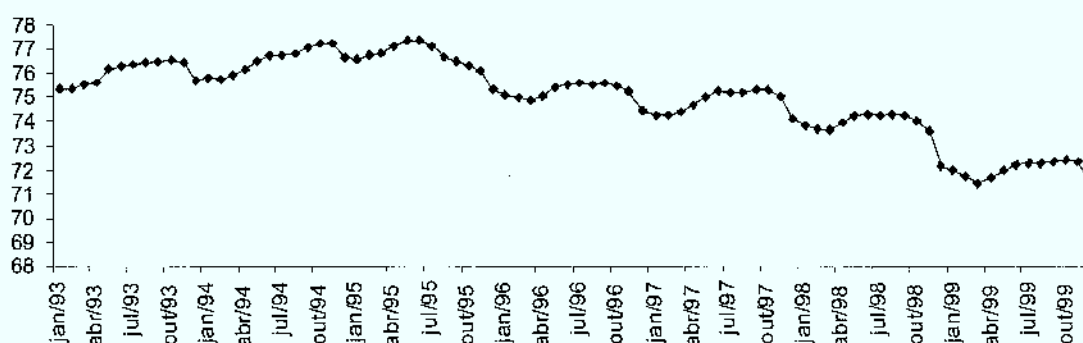
No primeiro período, ao longo do período da estabilização do plano, desenhou-se uma trajetória declinante do nível de emprego (índice geral de emprego formal), decorrente do baixo crescimento devido à conjuntura econômica em que o Brasil se encontrava.

O Índice geral de emprego formal explicitado no gráfico 4 é calculado pelo CAGED e assume a hipótese de que o total de empregados no último dia do mês t seja igual ao número de empregos do primeiro dia do mês $t-1$. As informações são discriminadas considerando as atividades econômicas e por nível geográfico (região, respectivos estados, regiões metropolitanas e municípios).

$$I_{(t,t-1)} = [EU_{(t)} * 100] / [E_{(t)}]$$

Podemos observar uma clara tendência de queda nos níveis de emprego formal desde 1993 até 1999, onde o índice deste último ano foi 6,4% menor que o mesmo período do ano da implantação do plano real.

Gráfico 4 – Índice geral de emprego formal



Fonte:SGS

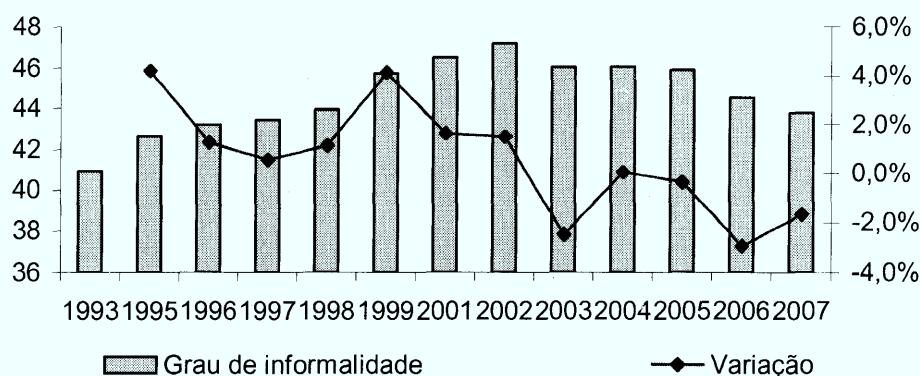
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> (acesso 20/09/08)

O quadro do mercado de trabalho é de desestruturação evidente na elevada taxa de desemprego, apesar do desalento de uma parcela da população, notadamente a formada pelos mais jovens que em grande medida deixaram de procurar emprego remunerado devido à escassez e má qualidade das oportunidades existentes que transparece na diminuição do peso do emprego em estabelecimentos com vínculo formalizado e no aumento da parcela de trabalhos por conta-própria, do serviço doméstico remunerado e do emprego em estabelecimento sem carteira de trabalho, bem como na ampliação da proporção dos ocupados com rendimentos inferiores a 3,0 salários mínimos." (BALTAR, 2004)

Além da queda no nível de emprego formal durante o primeiro período, em que nos destacamos, podemos observar também uma desestruturação do mercado de trabalho, onde o número de indivíduos em atividades informais se eleva. A estagnação da distribuição de renda, neste período, tem base não somente na elevação do desemprego, mas também na estrutura de trabalho desenvolvida neste período.

Abaixo podemos visualizar a evolução do grau de informalidade, de acordo com uma das definições utilizadas pelo IPEA, onde o grau corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Os dados referentes às duas outras definições, também utilizadas pelo IPEA, apresentam curvas extremamente semelhantes, portanto não serão necessárias suas apresentações.

Gráfico 5- Grau de informalidade RMPs



Como podemos observar no gráfico 5 a variação do grau de informalidade das regiões metropolitanas apresenta valores positivos até 1999 onde atinge sua segunda maior variação, no período Pós-Real, apresentando, a partir de 1999, uma variação negativa no grau de informalidade, ou seja, um aumento do trabalho formal.

Até 1999 a indústria nacional, devido à restrição que sofria, reduziu o número de empregos oferecidos, além disso, o número total de demissões somado ao total de pessoas que entram no mercado de trabalho a cada ano superaram a quantidade total de postos de trabalho oferecidos no mercado brasileiro.

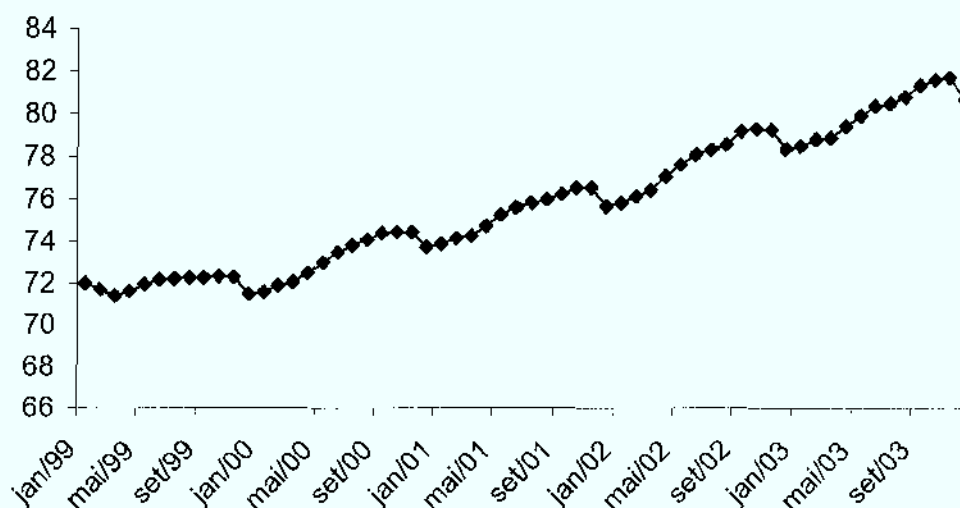
2.2 – De 1999 até os dias atuais.

Em 2000, o nível de emprego formal retoma uma trajetória ascendente acompanhando o crescimento econômico (taxa de crescimento econômico de 4%) e a uma taxa de inflação controlada, dentro da meta estipulada. Apesar do desempenho favorável à ocupação, a taxa de desemprego ainda se apresentava em patamares elevados.

Durante o ano de 2001, apesar da crise energética a elevação do emprego formal continuou. O crescimento foi inferior ao do ano de 2000, porém superior aos anos de 1998 e 1999, crescimento de 1,5%.

Ou seja, após 1999, especialmente a partir de 2003, com o aquecimento das exportações (ver gráfico 3) verifica-se uma inversão na tendência do mercado de trabalho. Em resposta ao crescimento do produto cresce o emprego formal mais rapidamente do que o emprego sem carteira e o por conta-própria. Isso foi uma novidade, especialmente porque a indústria voltou a contratar e, principalmente os grandes estabelecimentos, o que gera uma expectativa de melhoria das condições de vida da população.

Gráfico 6 - Índice Geral de emprego formal



Fonte:SGS

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> (acesso 20/09/08)

“De fato, a desvalorização cambial terminou por produzir dois movimentos distintos no comportamento da economia nacional, especialmente na propulsão do emprego industrial. Em primeiro lugar, a combinação entre a contração na velocidade de substituição de postos de trabalho internos pela importação de produtos e serviços estrangeiros e o estímulo aos novos empregos determinados pelo aumento das exportações, ainda que prevalecesse o baixo crescimento econômico no mesmo período de tempo. Em segundo lugar, o efeito das medidas institucionais voltado para o cumprimento da legislação trabalhista, capaz de regularizar o processo de terceirização selvagem do emprego na economia nacional.” (POCHMANN, 2008)

O movimento de crescimento no índice geral de emprego formal se manteve elevado e em 2008, o contingente de trabalhadores cresceu 2,8%, totalizando 92,4 milhões de pessoas de dez anos ou mais de idade, influenciado principalmente pelo setor da construção civil (crescimento de 14,1%). A formalização também se elevou de 2007 para 2008 com ampliação do emprego formal em 33,1% dos ocupados em 2007 para 34,5% em 2008, resultando em uma elevação de 5,9% entre os contribuintes da Previdência Social.

De acordo com a PNAD 92,4 milhões de pessoas ocupadas em 2008, 58,6% eram empregados; 7,2% trabalhadores domésticos; 20,2% trabalhadores por conta própria; 4,5% empregadores; 5,0% trabalhadores não remunerados; 4,5% Trabalhadores na produção para o próprio consumo e 0,1% trabalhadores na construção para o próprio uso.

Os empregados sem carteira assinada obtiveram o maior ganho real, de 2,7% de 2007 para 2008. Para os militares e funcionários públicos houve ganho

real de 0,4% e, para os empregados com carteira assinada 1,3%. O rendimento dos trabalhadores domésticos com carteira assinada elevou-se 2,1% e dos sem carteira de trabalho 2,7%. O rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta própria caiu 4,8%.

Capítulo 3 – Distribuição de renda e concentração.

Este capítulo será dividido em três partes distintas para uma melhor análise: a primeira parte (3.1) explicita as metodologias e conceitos utilizados nas análises efetuadas ao longo deste estudo; a segunda parte (3.2) apresenta o desenvolvimento da desigualdade no Brasil fazendo-se uso dos principais indicadores de concentração de renda; e a terceira e última parte (3.3) apresenta o desenvolvimento da pobreza na população brasileira.

3.1 – Metodologia

Para o desenvolvimento da análise de distribuição de renda a partir de 1995 adotaremos o índice de Gini, a medida de bem estar de Sen e o índice H de pobreza.

“Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. Nas sociedades modernas, desde os estudos pioneiros de Rowntree no início do século, a forma mais freqüente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar adequadamente naquela sociedade — a chamada linha de pobreza.” (ROCHA, Sonia, 1996)

O índice de Gini expressa a desigualdade na distribuição de renda segundo renda domiciliar, variando de zero a um(1), sendo zero para uma igualdade absoluta (todos os indivíduos com a mesma renda e um a desigualdade máxima, onde apenas um indivíduo detém toda a renda. O cálculo do índice de Gini pode

ser efetuado graficamente como o quociente da área entre a curva de Lorenz da distribuição analisada e a linha de perfeita igualdade pela área sob a linha de perfeita igualdade

A medida de bem estar proposta por Amartya Sen (1976) multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um(1) menos o índice de Gini. Ou seja, a desigualdade age como redutor do bem estar em relação ao nível de renda média.

$$W = \mu * (1 - G)$$

Onde μ é a renda média e G o índice de Gini.

Amartya Sen tenta indicar através deste indicador de bem-estar a eficiência e a igualdade do desenvolvimento econômico.

Utilizamos também a proporção da população pobre (H) onde:

$$H = q/n$$

Onde q é o número de pobres e n a população total. Este parâmetro porém é insensível à severidade ou profundidade da pobreza. Dado o número de pobres, H não se altera diante de mudanças na renda desses pobres e na distribuição de renda entre eles.

O ponto de partida para a determinação das linhas de indigência e de pobreza é a estimativa dos requerimentos nutricionais mínimos para a população em estudo. Esta estimativa tem se baseado nos parâmetros divulgados pela FAO relativos à necessidades de diversos nutrientes, variando de acordo com características físicas dos indivíduos e com o tipo de atividade exercida. No caso brasileiro, são consideradas apenas as necessidades calóricas, tendo-se

observado que dietas adequadas do ponto de vista calórico raramente apresentam, no país, déficit dos demais nutrientes

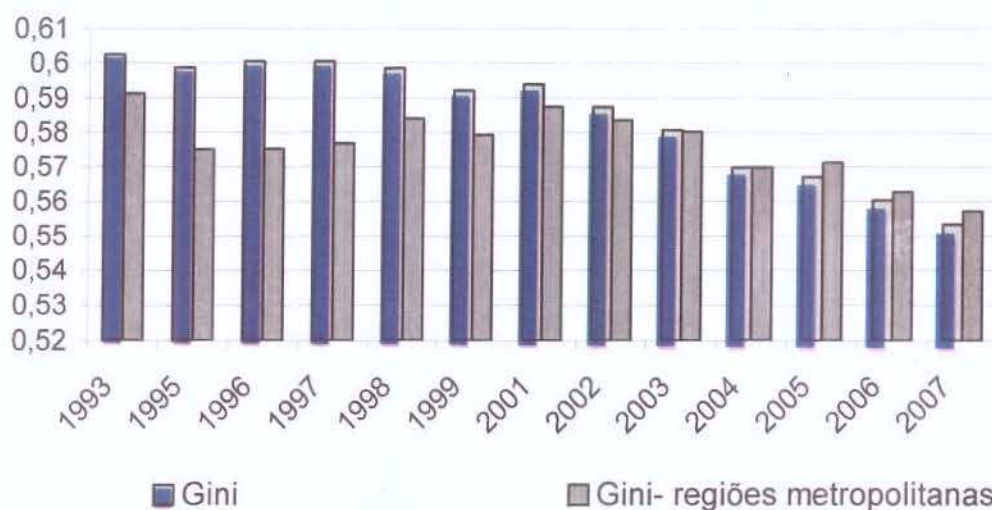
“uma vez as famílias ordenadas em função crescente do seu consumo calórico per capita, busca-se identificar o intervalo de despesa alimentar mais baixo para o qual a necessidade calórica é atendida” (ROCHA, 1999).

Definida a cesta alimentar básica, seu custo é estimado, chegando-se assim, ao o valor da linha de indigência. Para se chegar à linha de pobreza resta calcular o custo da satisfação das demais necessidades consideradas básicas.

3.2 – Evolução da desigualdade no Brasil.

Ao analisarmos a variação do coeficiente de Gini podemos separar, claramente, dois momentos distintos: o primeiro, com a implantação do Real, onde ocorreu uma grande variação na distribuição de renda das regiões metropolitanas, porém, o índice geral pouco se modificou; e após 2001, com uma queda expressiva na concentração de renda, período onde a distribuição de renda do país se torna mais igualitária, comparativamente, com as regiões metropolitanas.

Gráfico 7 - Coeficiente de Gini



Fonte: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br, acessado 20/06/09)

Porém antes devemos analisar o período entre 1995 a 1999, onde os gastos sociais se elevaram devido ao seguro desemprego e à antecipação das aposentadorias, uma vez que o temor de perda de garantias já conseguidas fosse concretizado através do aviso das propostas de reforma do sistema previdenciário.

Além da queda no índice de emprego formal, podemos observar que a tabela 1 explicita a evolução da distribuição funcional da renda no período de 1994-1999. Neste período, a deterioração dos salários vis à vis o excedente operacional bruto fez com que, de acordo com Gonçalves e Pomar, se ampliasse a participação dos lucros na renda nacional. Se esta associação entre a dinâmica funcional da renda e a distribuição da mesma forem fortemente interligadas, assim como os autores sugerem podemos inferir que esta composição nos indica que a concentração de renda não sofreu modificações relevantes durante este período, ou seja, a concentração de renda se manteve no mesmo patamar, elevado, que se

encontrava nos anos anteriores à introdução do plano de estabilização econômica. Os movimentos favoráveis às pessoas com menor renda em 1994, durante a implantação, foram acompanhados com uma elevação da concentração de renda.

Tabela 1

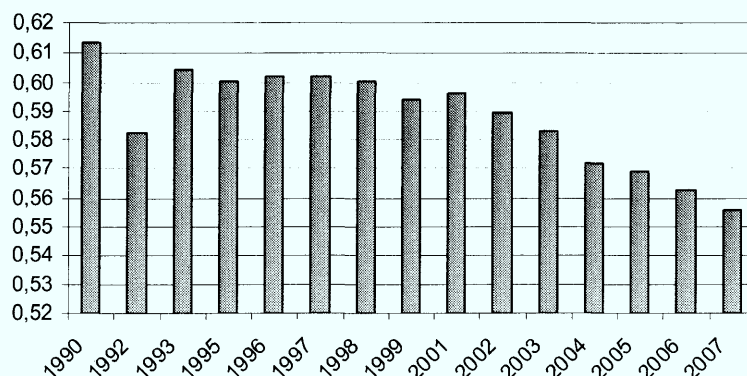
Distribuição Funcional de Renda 1994-1999					
Discriminação	1994	1995	1996	1998	1999
Excedente Operacional Bruto	38,4	40,3	42,8	42,3	41,1
Remuneração dos empregados	40,1	38,3	37,5	38,2	37,5
Salários	-32	-29,6	-27,8	-27,5	-26,5
Rendimentos de autônomos	5,7	5,9	5,6	5,5	5,1
Impostos líquidos de subsídios	15,8	15,6	14,2	13,9	16

Fonte: IBGE e Gonçalves e Pomar (2002:68)

Os índices de Gini (gráfico 8) reafirmam os dados da tabela 1, onde a variação entre 1993 e 1995 foi pouco expressiva.

O índice de Gini se eleva em 1996, ele mostra a deterioração das condições que tinha alcançado em 1995, e se mantém estável em um patamar elevado até 1998. Depois deste ano o índice desenvolve uma trajetória de melhora na distribuição de renda, porém pouco acentuada, mantendo-se uma elevada desigualdade. Porém devemos explicitar que somente a partir de 2003 é que a concentração de renda apresentou um índice inferior ao de 1992, ou seja, foram necessários mais de dez anos para que a economia brasileira pudesse atingir o mesmo patamar de distribuição de renda. O que chama a atenção não é apenas a intensidade da concentração de renda, mas também sua estabilidade durante um período de tempo longo, inerte à mudanças estruturais e conjunturais.

Gráfico 8 – Índice de Gini



Fonte: IPEA (www.ipea.gov.br) 20/09/2008

Como podemos observar na tabela 2, a evolução da renda domiciliar *per capita* por decímas, o primeiro decil e o quinto apresentaram um crescimento com relação ao ano de 1993 bem mais elevada que o décimo decime, ou seja as pessoas com menor renda e presentes na classe média apresentaram uma evolução da renda média mais elevada. Analisando os dados ano a ano podemos identificar que esta elevação na renda média se intensifica após 2003, com uma queda de ritmo em 2007 para todos os décimos, chegando a ser negativa em alguns deles.

Tabela 2

Renda domiciliar <i>per capita</i> média						
Ano	1º decil	Var	5º decil	Var	10º decil	Var
1993	R\$ 18.33	0.0%	R\$ 120.82	0.0%	R\$ 1,353.73	0.0%
1995	R\$ 24.27	32.4%	R\$ 150.41	24.5%	R\$ 1,651.75	22.0%
1996	R\$ 22.05	20.3%	R\$ 152.75	26.4%	R\$ 1,672.38	23.5%
1997	R\$ 22.86	24.7%	R\$ 152.19	26.0%	R\$ 1,675.75	23.8%
1998	R\$ 24.98	36.3%	R\$ 154.48	27.9%	R\$ 1,697.73	25.4%
1999	R\$ 24.76	35.1%	R\$ 149.39	23.6%	R\$ 1,585.23	17.1%
2001	R\$ 23.03	25.6%	R\$ 151.46	25.4%	R\$ 1,615.48	19.3%
2002	R\$ 26.88	46.6%	R\$ 154.18	27.6%	R\$ 1,610.87	19.0%
2003	R\$ 24.59	34.2%	R\$ 147.53	22.1%	R\$ 1,482.47	9.5%
2004	R\$ 28.16	53.6%	R\$ 154.93	28.2%	R\$ 1,482.46	9.5%
2005	R\$ 31.22	70.3%	R\$ 166.50	37.8%	R\$ 1,575.66	16.4%
2006	R\$ 35.14	91.7%	R\$ 185.71	53.7%	R\$ 1,699.49	25.5%
2007	R\$ 34.21	86.6%	R\$ 196.97	63.0%	R\$ 1,711.13	26.4%

Fonte: IPEADATA (WWW.ipeadata.gov.br, acessado 30/11/09)

A distribuição de renda apresentou uma melhora expressiva ao longo deste período, porém devemos ressaltar que os índices ainda se encontram em patamares elevados. Podemos inferir que as principais variáveis que influenciaram nesta trajetória de queda na concentração de renda foram a melhora no mercado de trabalho, tanto no número de vagas como na melhor estruturação (aumento do trabalho formal) e, principalmente a política de salário mínimo desenvolvida nos últimos governos, o que eleva a grande massa dependente do sistema previdenciário. A elevação do salário mínimo eleva o piso salarial atingindo todos os estratos da sociedade e influenciando de forma mais incisiva a distribuição de renda na população brasileira.

3.3 – Evolução da pobreza no Brasil.

O Brasil é um dos países com uma das maiores desigualdades de renda. Apesar de possuir uma PIB e uma renda per capita consideravelmente elevada. De acordo com Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000) o Brasil não é um país pobre, mas sim um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres.

Como podemos observar pela tabela 3 o Brasil apresenta um PIB per capita inferior a de países como México e Coréia do Sul, mesmo apresentando um PIB mais elevado.

Tabela 3

	PIB <i>per capita</i> US\$							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Países selecionados								
Coreia do Sul	\$ 13.300,00	\$ 16.100,00	\$ 19.400,00	\$ 19.400,00	\$ 17.800,00	\$ 19.200,00	\$ 22.600,00	\$ 24.500,00
Alemanha	\$ 22.700,00	\$ 23.400,00	\$ 26.600,00	\$ 26.600,00	\$ 27.600,00	\$ 28.700,00	\$ 30.100,00	\$ 31.900,00
México	\$ 8.500,00	\$ 9.100,00	\$ 9.000,00	\$ 9.000,00	\$ 9.000,00	\$ 9.600,00	\$ 10.000,00	\$ 10.700,00
Brasil	\$ 6.150,00	\$ 6.500,00	\$ 7.400,00	\$ 7.600,00	\$ 7.600,00	\$ 8.100,00	\$ 8.300,00	\$ 8.800,00

Fonte:IndexMundi.com 15/06/2009

Logo após a implantação do plano Real a distribuição de renda sofreu pouco impacto, de acordo com as proposições de Rocha, Chahad e Néri, porém ao analisarmos o percentual de pobres e o número de domicílios considerados abaixo da linha de pobreza e abaixo da linha de indigência identificamos uma expressiva queda de 1993 para 1995 (gráfico 12), estabilizando se em um novo patamar até o ano de 2003.

Dados do IPEA demonstram que o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza caiu de 41% em 1993 para 33% em 1995, enquanto os números de pessoas em domicílio consideradas abaixo da linha de pobreza e abaixo da linha de indigência reduziram em 9,05 e 6,21 milhões de pessoas respectivamente.

Tanto a pobreza absoluta como os números de pessoas em domicílios considerados pobres e indigentes mantiveram-se estáveis a partir de 1995. De acordo com Sônia Rocha (1998), a queda na fecundidade durante este período ajudou a manter estes números no mesmo nível. A pobreza absoluta apresentou crescimento de 1,9% entre 1995 e 2003 enquanto os outros dois indicadores uma variação de 18,4% e 16,8% para pobres e indigentes, respectivamente.

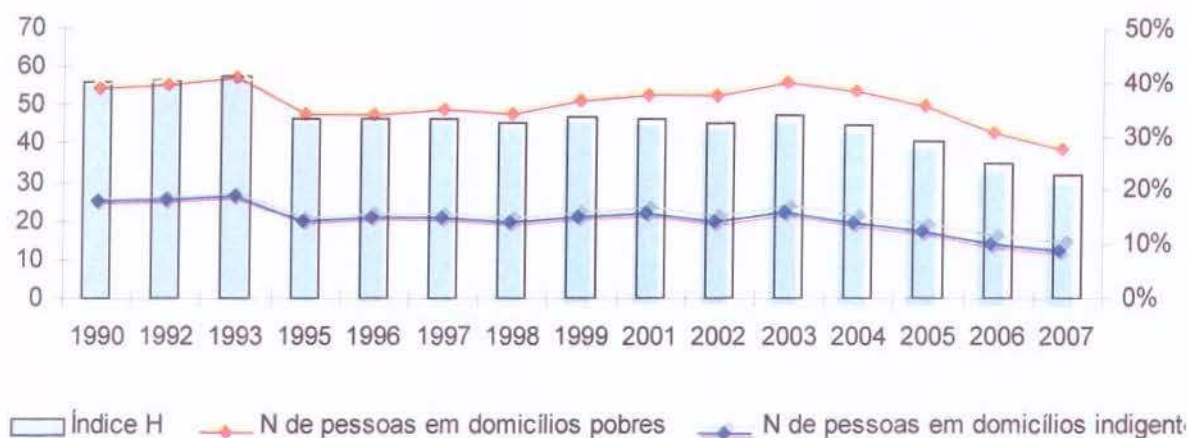
Entre 1995 e 1998, os gastos sociais federais se elevaram a uma taxa de 19,3% enquanto os gastos sociais federais *per capita* cresceram 10,3%. Analisando-se o gráfico 9 podemos inferir que os gastos na área social foram insuficientes para uma redução mais expressiva da pobreza. Os gastos cresceram abaixo da população, ou seja, não se manteve uma proporcionalidade nos gastos, sendo este quase duas vezes inferior ao crescimento da população brasileira.

Enquanto o índice de Gini apresenta sinais de queda a partir de 1999, com uma pequena elevação em 2001, e intensificação da queda em 2003, o percentual de pessoas pobres e de domicílios abaixo das linhas de pobreza e indigência apresentam esta tendência, mais fortemente, a partir de 2003.

A situação macroeconômica brasileira no período de 1996 até 2000, explicitada no capítulo 1 não permitiu uma queda contínua destes números. As modificações estruturais nas empresas em território nacional ajudaram a manter os dados estabilizados, uma vez que com uma forte concorrência através da

abertura comercial as empresas tiveram que se reestruturar cortando custos e mão de obra.

Gráfico 9 – Evolução do indicador H



Fonte: Banco Central do Brasil
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

O nível de pobreza absoluta depende tanto do crescimento da renda quanto da dinâmica distributiva. De acordo com Sônia Rocha (1998) a distribuição de renda apresenta um papel estratégico no Brasil, por dois motivos:

“Primeiramente, pelo nível explosivo de desigualdade de renda já atingido, que gera, inevitavelmente, situações de conflito insustentáveis, especialmente onde os contrastes de renda, riqueza e poder são mais críticos. Em segundo lugar, porque as oportunidades “naturais” de crescimento econômico são predominantemente concentradoras, o que exige ações específicas do poder público no sentido não só de evitar o agravamento, mas de promover a diminuição da desigualdade de renda objetivando especificamente a redução da incidência de pobreza absoluta no país.” (Rocha, S. 1998, pág 5)

Durante o ano de 2001, apesar da crise energética a elevação do emprego formal continuou. O crescimento foi inferior ao do ano de 2000, porém superior aos anos de 1998 e 1999, crescimento de 1,5%. Os gastos sociais também se elevaram, cerca de 1% com relação ao ano anterior, resultando na criação do Fundo de Combate à Pobreza.

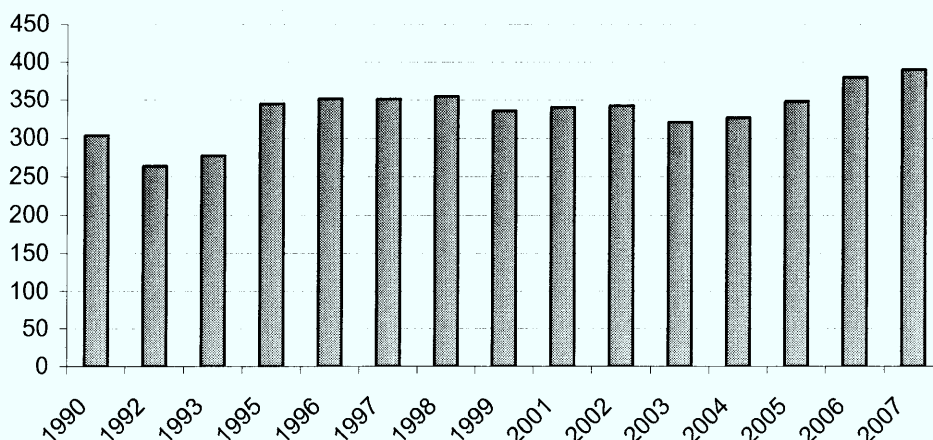
Os índices abordados no gráfico 10 demonstram que o número de pessoas consideradas pobres e indigentes apresentaram uma queda em dois dos três índices, alcançando uma variação máxima de -2,92% do percentual de pessoas pobres, 1,98% no número de pobres por domicílio e -4,10% no número de pessoas indigentes em 2001 com relação à 1999 para os índices de percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, número de pessoas em domicílios abaixo da linha de pobreza e número de pessoas em domicílio abaixo da linha de indigência, respectivamente.

Porém em 2003 todos os três índices alcançaram seu mais elevado patamar, com valores de 4%, 6,7% e 12,4%. A partir deste ano ocorre um movimento de recuperação com quedas consecutivas tanto no número total quanto no percentual.

Uma vez que a o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza se eleva (ver gráfico 9), e o índice de Gini se reduz, conforme podemos observar no gráfico 10 podemos deduzir que a renda média *per capita* também se reduz durante este período. Ou seja, os índices de concentração de renda apresentam um movimento de queda não devido a uma melhora na dinâmica da distribuição de renda, mas devido à queda na renda das classes média e alta, uma vez que as

classes mais baixas não possuem margem para se deteriorar mais ainda (gráfico 13).

Gráfico 10 – Renda Domiciliar *per Capita* média



Fonte: IPEA (www.ipeadata.gov.br) 20/09/2008

Em 2001 a relação entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres chega a 23,3 vezes enquanto a relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres alcança 27,5 vezes. Dados bem semelhantes aos do ano de 1995, porém a partir de 2002 estas relações apresentam valores cada vez menores, com uma queda média anual de 4% e 3,7% para os 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres e os 20% mais ricos sobre os 20% mais pobres.

De 2002 para 2003, o rendimento médio real dos trabalhadores caiu 7,4%, sendo que a queda para a metade da população com menor rendimento foi de 4,2% enquanto a metade da população com maior rendimento foi de 8,2%, ou seja, apesar da redução da renda média para o país como um todo o efeito foi mais contundente sobre os mais ricos, alterando a distribuição de renda,

demonstrando uma queda na concentração de renda no Brasil, como foi observado anteriormente.

Podemos observar que com exceção do índice geral de emprego formal, todos os outros indicadores sociais apresentaram uma melhora logo após a implantação do Plano Real, estabilizando-se logo em seguida, sendo que em alguns casos ocorre uma regressão, mas a partir de 2003 todos apresentam melhorias consideráveis e constantes.

A partir de 2004, no primeiro mandato do presidente Lula, o cenário internacional apresentava-se mais favorável ao desenvolvimento econômico. Ultrapassada as crises asiática, russa e argentina, o mundo se recupera dos choques e estabelece em uma nova onda de crescimento, guiada pela China.

Como indicado nos gráficos anteriores, a partir de 2003 todos os indicadores apresentaram uma tendência de melhora. Elevação da renda média *per capita*, redução do número de pessoas abaixo da linha de pobreza, elevação dos índices de emprego formal e melhora na distribuição de renda. Internamente a estes indicadores podemos destacar as políticas de transferência de renda condicionada. Através destas políticas (desde o governo anterior) busca-se não apenas diminuir o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, mas também elevar a distribuição de renda. O que se observa, contudo, é que o maior efeito decorre das transferências de aposentadorias e pensões que representam cerca de 73% do gasto social federal.

De acordo com o estudo da Escola de Administração Fazendária a eficiência e eficácia dos programas de transferência de renda em 2000 eram

baixas, cobrindo 2,3% das famílias consideradas pobres, e 54% dos recursos desses programas abrangiam pessoas não-pobres.

Em janeiro de 2004 foi implementado o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência direta de renda que busca beneficiar as pessoas em situação de pobreza (renda mensal de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa).

O Programa Bolsa Família integra o projeto do atual governo denominado Fome Zero, que visa assegurar alimentação adequada de toda população contribuindo para eliminar a pobreza. O PBF procura eliminar a pobreza de modo imediato através das transferências diretas de renda à famílias necessitadas, reforçar os direitos às necessidades básicas nas áreas de saúde e educação (por meio de condicionantes), promovendo a quebra do ciclo da pobreza entre as gerações e coordenar programas complementares de modo a fornecer bases para a manutenção sustentável de padrões de vida.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania o programa atinge 96% das pessoas que se encaixam no perfil.

Mais recentemente, A Fundação Getúlio Vargas mostrou que ocorreu uma queda relevante da pobreza de 2003 para 2005. Segundo o estudo a miséria que atingia 28,2% da população brasileira em 2003 e em 2005 se reduzia a 22,7%. Os dados o IPEA demonstram que a relação entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres caiu de 21,41 vezes em 2003 para 19,53 em 2005 e 18,08 em 2007. Enquanto a relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres caíram de 24,7 vezes em 2003 para 21,64 em 2005 e 20,67 em 2007.

Desde 2001 o Brasil apresenta uma constante queda na desigualdade de distribuição de renda, sendo o maior período de quedas sucessivas, superando o quinquênio 1976-1981 o qual apresentou uma queda acumulada de quase 7% no índice de Gini e 22% no Theil-T.

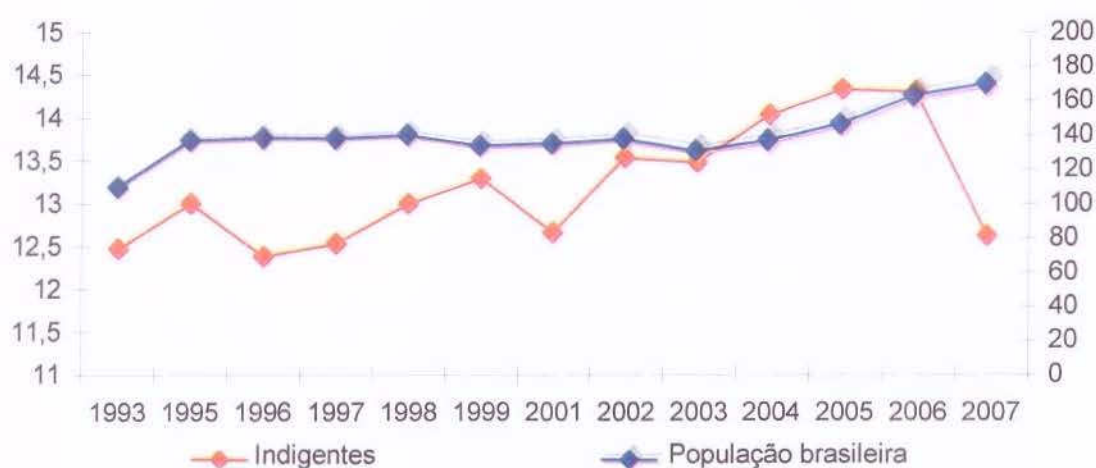
De acordo com SOARES (2006), que estudou o período de 1976 a 2004, a queda na taxa de concentração de renda aceita duas explicações. A primeira refere-se às políticas sociais do governo, principalmente as de transferência de renda condicionadas, enquanto a segunda explicação baseia-se em uma mudança no mercado de trabalho, não somente os reajustes salariais constantes mas também em uma maior demanda de trabalho.

Apesar da melhora na distribuição de renda, o bem estar de Sen, medido através da renda média per capita e de um número índice (um menos o índice de Gini), demonstra que nem os pobres nem os indigentes sofreram grande variação no seu bem estar. Diferentemente da renda média nacional as rendas e o bem estar dos pobres e dos indigentes sofreram uma queda significativa no ano de 2007, uma vez que sua renda média recuou 16% para os indigentes e 6% para os pobres, com relação à sua renda média de 2006.

No gráfico abaixo o bem estar dos indigentes apresenta uma variação bem diferente do bem estar da média nacional, o que nos diz que apesar da melhora na distribuição de renda a variação do bem estar médio dos brasileiros é ainda muito longe da realidade encontrada pelos indigentes onde a partir de 2003 apresentaram elevação em seu padrão de bem estar, porém, sofrendo uma queda acentuada no último ano de referência deste dado.

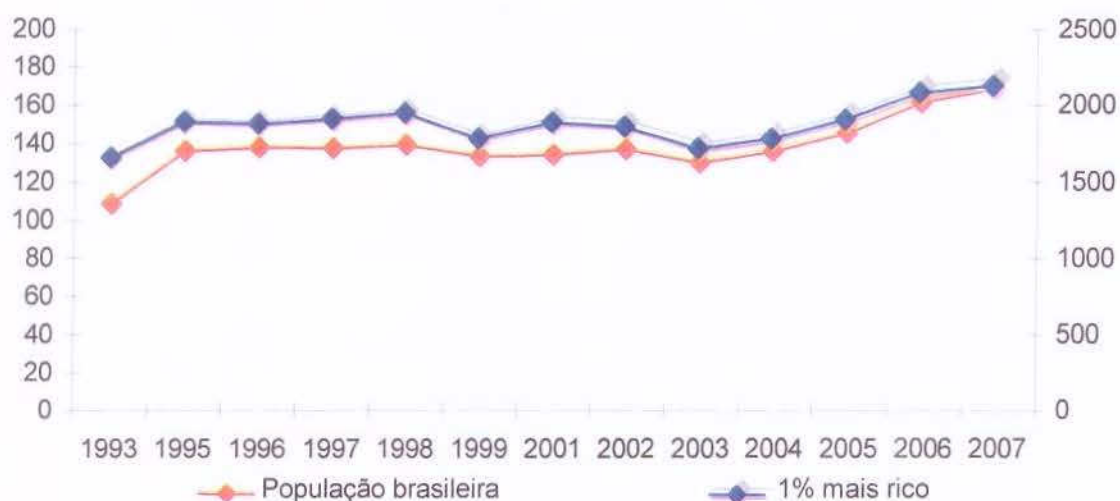
Com relação aos um por cento (1%) mais ricos a variação do bem estar é bem semelhante ao da média brasileira, uma vez que sua renda média per capita é bem mais influente na média geral, ou seja, possui maior peso no cálculo da renda média. Portanto, entre a renda média per capita nacional e a renda dos um (1) por cento mais ricos o índice de bem estar de Sen apresenta uma variação semelhante para as duas curvas, como podemos observar no gráfico 11.

Gráfico 11 - Evolução do Índice de Bem estar de Sen



Fonte: IPEA (www.ipeadata.gov.br)

Gráfico 12 - Evolução do Bem estar de Sen



Fonte: IPEA (www.ipeadata.gov.br)

Apesar da ampliação do número de famílias atendidas pelo projeto Bolsa Família e da elevação do valor total deste benefício, os índices de bem estar das classes mais baixas sofreram queda considerável devido à queda na renda média destes, independentemente das políticas sociais aplicadas. Ou seja, a abrangência do projeto abre margem para novos estudos sobre sua eficácia no combate à pobreza e à elevação do bem estar social.

De acordo com a PNAD, em 2008, o rendimento médio mensal real domiciliar cresceu 2,8% em relação a 2007, aumento superior ao verificado de 2006 para 2007 que foi de 1,4%, porém inferior que os de anos de 2004 para 2005 e de 2005 para 2006, respectivamente 4,9% e 7,6%. A média da renda do brasileiro encontra-se na faixa de dois a três salários mínimos por mês. Porém podemos observar que mais de 68% encontra-se na faixa de um a dois salários mínimos. Estes dados estão explicitados na tabela 4 abaixo. O rendimento médio

real de trabalho com rendimento (R\$ 1.036 em 2008) cresceu 1,7% em relação ao de 2007. Porém o ritmo de crescimento foi inferior ao de 2005 para 2006, quando o aumento chegou a 7,2% e de 2006 para 2007 com o crescimento de 3,1%.

Os dez por cento mais pobres, em 2008, possuíam 1,2% do total dos rendimentos de trabalho, enquanto em 2007 detinham 1,1%, por sua vez, os dez por cento mais ricos concentravam 42,7% do total das remunerações. Como podemos observar a concentração de renda ainda segue elevada, mas com dados menos preocupantes do que no ano passado (43,3%). O rendimento médio mensal real de trabalho elevou-se em todos os décimos da distribuição de rendimento, com mais força nos dez por cento mais pobres (4,3%), para os dez por cento mais ricos o rendimento do trabalho se elevou em 0,3%.

Capítulo 4 – Considerações finais.

Como foi possível analisar neste estudo, logo após a implantação do Plano Real os indicadores sociais, imediatamente, apresentaram uma melhora, porém, este efeito foi temporário e superficial, pois num segundo momento observou-se uma estagnação da renda e da distribuição.

Os efeitos negativos do plano sobre a economia brasileira condicionaram uma desestruturação do mercado de trabalho, momento que ironicamente apresentou melhora no índice de Gini, porém, este fenômeno se deve à queda da renda média e não de uma real queda na concentração.

Somente a partir de 1999, com a desvalorização cambial e com o forte crescimento externo é que os indicadores sociais apresentaram uma tendência de melhora, intensificando em 2003 com um maior crescimento econômico.

O desenvolvimento da distribuição de renda nos últimos anos apresenta uma melhora considerável na renda média da população brasileira, dada uma melhora no mercado de trabalho e principalmente pela política adotada nos últimos governos de elevação do salário mínimo, evoluindo qualitativamente, ou seja, apresentando uma queda na concentração de renda a partir da elevação da renda média da população. Porém devemos ressaltar que apesar de uma melhora o Brasil ainda apresenta elevada concentração de renda e elevado percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza.

5 – Referências Bibliográficas

BALTAR, Paulo. (2004). **Salário mínimo e mercado de trabalho.**

BARROS, Ricardo. (2006) ***Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira.***

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Os impactos da estratégia de abertura externa no Brasil da década de 90 sobre a distribuição de renda e riqueza**

CASTRO, Jorge. A.; NETO, Manuel B. M.; SADECK, Francisco; DUARTE, Bruno; SIMÕES, Helenne (2003). ***Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal:1995-2001.***

CHAHAD, José Paulo Z (2003). ***A evolução do emprego no período 1992-2001 e a ampliação do mercado formal brasileiro desde 1999***

Henriques, R (2000) **Desigualdade e Pobreza no Brasil**

HOFFMANN, Rodolfo (2004). ***Distribuição da renda no Brasil: Mudanças de 2002 para 2003 e a delimitação dos relativamente ricos.***

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008:PNAD 2008**

MINISTÉRIO DA FAZENDA (2003). **Gastos sociais do Governo Central: 2001 e 2002.**

LISBOA, Marcos de Barros (2002). ***A agenda perdida: diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social.*** Setembro 2002.

NERI, Marcelo Cortes (2006). ***Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real.***

NEDER, Dantas Henrique; RIBEIRO, Rosana (2009). ***Os efeitos distributivos do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro no período 2002-2007.***

PEREIRA, Luis Carlos Bresser (2007). ***Macroeconomia da Estagnação***

POCHMANN, Rodolfo; Moretto, Amilton, J (2008). ***PA retomada do emprego em uma economia em marcha lenta: implicações para a política públicas de mercado de trabalho.***

ROCHA, Sonia (2000). ***Pobreza e desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real.***

ROCHA, Sonia (1998). ***Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução 1981/95.***

ROCHA, Sonia (1996). ***Renda e pobreza: Os impactos do Plano Real.***

SOARES, Sergei Suarez Dillon (2006). ***Distribuição de renda no Brasil de 1974 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.***